



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

LEI MUNICIPAL Nº 4.707/2017, de 19 de dezembro de 2017.

cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI, Prefeito Municipal de Campo Bom, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores, aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

L E I:

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

Da Criação e Natureza do Fundo

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, indispensável a captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§1º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encontra-se estabelecido na Avenida Independência, nº 800, cidade de Campo Bom.

§2º. O FUNDO fica subordinado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e será administrado por um Conselho de Administração.

Seção II

Da Competência do Fundo

Art. 2º. Compete ao Fundo Municipal:

- I** - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferido em benefício das crianças e dos adolescentes;
- II** - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doação ao Fundo;
- III** - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito;
- IV** - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e dos adolescentes, nos termos das disposições legais;
- V** - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Seção III

Da Captação de Recurso

Art. 3º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá as seguintes receitas:



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

- I** – Pela dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a Lei vier estabelecer no decurso de cada exercício;
- II** – Pela doação de pessoas físicas e jurídicas, conforme disposto no artigo 260, da Lei nº 8.069/90;
- III** – Os valores provenientes das multas previstas no artigo 214, da Lei nº 8.069/90, e oriundas das infrações descritas nos artigos 228, 258, 258-A, 258-B e 258-C do referido Estatuto, bem como eventualmente de condenações advindas de delitos enquadrados na Lei nº 9.099/95;
- IV** – As transferência de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual da Criança e do Adolescente;
- V** – As doações, auxílios e contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;
- VI** – Dos produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;
- VII** – Os recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados no Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;
- VIII** – Outros recursos que porventura lhe forem destinados.

§ 1º. Nas hipóteses do inciso II deste artigo, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas poderão indicar a entidade ou projeto que desejam auxiliar com suas doações ao fundo, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estabelecer os requisitos e percentuais que serão repassados, via resolução.

§ 2º. As receitas descritas neste artigo, serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

Seção IV Do Gerenciamento do Fundo Municipal

Art. 4º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e será administrado por um conselho administrativo, com funções deliberativas, constituído com 5 (cinco) membros, oriundos de cada um dos órgãos/Instituições a seguir elencados:

- I** - Secretaria Municipal de Finanças;
- II** - Secretaria Municipal de Saúde;
- III** - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- IV** - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;
- V** - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

§ 1º. O Conselho de Administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será presidido pelo representante da Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por iguais períodos.

§ 3º. Os integrantes do Conselho de Administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e respectivos suplentes, serão nomeados por Portaria do Poder Executivo Municipal, e não serão remunerados pela atividade exercida, que será considerada como de relevante interesse público.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

§4º. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 90 (noventa) dias, e, extraordinariamente, quando necessário, sempre mediante convocação prévia do respectivo Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 5º. O Conselho, que poderá reivindicar o assessoramento técnico que necessitar de quaisquer setores da Administração Municipal, e decidirá por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 6º. Os titulares do Conselho de Administração do Fundo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, escolherão os respectivos suplentes, que os substituirão em seus impedimentos.

Art. 5º. O saldo positivo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apurado em balanço anual, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 6º. Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, projetos incompatíveis com a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º. As disposições pertinentes ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal.

Art. 8º. No presente exercício, fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no montante necessário para atender às despesas com a execução desta Lei.

Art. 9º. Os gastos a conta do Fundo serão autorizados pelo Prefeito Municipal, mediante parecer do respectivo Conselho de Administração, acompanhado de pertinente estudo de viabilidade.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da respectiva publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 19 de dezembro de 2017.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

PEDRO PAULO GOMES,
Secretário Municipal de Administração.